



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v11.967>

Reorientando a teoria crítica para práxis em tempos de crise¹

Reorienting critical theory to praxis in a time of crisis

Clécio Lemos²

Bernard E. Harcourt³

Resumo

Nos dias 22 e 29 de abril de 2019, Clécio Lemos entrevistou Bernard E. Harcourt na Columbia University, situada na cidade de Nova York (EUA). A entrevista aborda o percurso científico do professor norte-americano, passando por grandes temas relacionados principalmente a filosofia política e criminologia. Em suas respostas, Harcourt trata de debates teóricos (tais como a famosa disputa Marx vs. Foucault), bem como aborda questões atuais como governo Trump e a ascensão internacional dos novos governos de direita. Ao fim, aponta a necessidade da construção de uma teoria crítica voltada para a práxis, uma teoria crítica que se preocupe em formular propostas para a transformação política em tempos de crise.

Palavras-chave: Política. Filosofia. Criminologia. Foucault. Teoria crítica

Abstract

On April 22 and 29, 2019, Clécio Lemos interviewed Bernard E. Harcourt at Columbia University, located in the city of New York (USA). The interview addresses the scientific path of the American professor, going through major themes related mainly to political philosophy and criminology. In his responses, Harcourt addresses theoretical debates (such as the famous Marx vs. Foucault dispute), as well as discuss about current issues like the Trump administration and the new international rise of right-wing governments. In the end, he points out the need to build a critical theory focused on praxis, a critical theory that is concerned with formulating proposals for political transformation in a time of crisis.

Keywords: Politics. Philosophy. Criminology. Foucault. Critical theory.

¹ A entrevista a seguir foi transcrita e traduzida em 2020 por Jádía L. Timm dos Santos, doutoranda e mestra em Ciências Criminais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS.

² Pós-doutor em Direito pela Columbia University (EUA). Doutor em Direito pela PUC-Rio com período sanduíche na Università degli Studi di Padova (Itália). Professor do UNESC.

³ Columbia University (EUA).

Clécio Lemos (CL): Professor Harcourt, é uma grande honra estar aqui como pesquisador visitante na Columbia Law School e ter você como meu supervisor. Obrigado pela oportunidade e por ter aceitado conceder essa entrevista. Você está hoje com 56 anos, possui um J.D.⁴ e um Ph.D.⁵ em Ciência Política por Harvard, é professor da Columbia University, diretor da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris e diretor fundador do Columbia Center for Contemporary Critical Thought⁶ (CCCP). Como advogado, prestou assistência jurídica a presos condenados à morte e à prisão perpétua sem direito a “parole”⁷. Além disso, você foi editor de cinco livros de Foucault: *A Sociedade Punitiva*; *Teorias e Instituições Penais*; *Vigiar e Punir*; e das versões francesa e americana de Malfazer, *Dizer Verdadeiro*. E você publicou sete livros: “*Illusion of Order*”⁸ (2001); “*Guns, Punishment and Crime in America*”⁹ (2003); “*Against Prediction*”¹⁰ (2007); “*The Illusion of Free Markets*”¹¹ (2011); “*Occupy*”¹² (2013); “*Exposed*”¹³ (2015); e “*The Counterrevolution*”¹⁴ (2018). Minha primeira pergunta é: como você vê seu percurso através destes sete trabalhos? Você identifica uma linha de continuidade em seus livros?

Bernard E. Harcourt (BH): Ok. Obrigado, Clécio, por se juntar a nós em Columbia e também por seu interesse em meu trabalho. Poderia sugerir, ao menos, duas continuidades no trabalho. Uma tem a ver com uma relação mais imediata entre os últimos dois ou três livros e na maneira pela qual estão baseados entre si. E, então, são uma continuidade sobre questões envolvendo teoria crítica, teoria das ilusões e a relação entre teoria e práxis.

Nessa primeira linha, os livros tendem a se basear uns nos outros, e esse certamente é o caso dos últimos três (e também foi o caso entre os três primeiros). Bem, em cada um deles há uma relação mais imediata com seu precursor. Portanto, em uma conexão mais direta, o livro mais recente – *A Contrarrevolução* –, realmente revisa e expande a noção sobre a sociedade da exposição que eu desenvolvi em “*Exposed*”. Em “*Exposed*”, eu defendi que havíamos alcançado a sociedade de “acesso total às informações”¹⁵, com base não no modelo panóptico, desenvolvido por Foucault,

⁴ “Juris Doctor”.

⁵ “Doctor of Philosophy”.

⁶ Centro de Columbia sobre Pensamento Crítico Contemporâneo.

⁷ Medida alternativa de pena existente no sistema jurídico norte-americano.

⁸ Tradução: Ilusão de Ordem.

⁹ Tradução: Armas, punição e crime na América.

¹⁰ Tradução: Contra previsão.

¹¹ Tradução: A ilusão do livre mercado.

¹² Tradução: Ocupar.

¹³ Tradução: Exposto.

¹⁴ *A Contrarrevolução* foi traduzido para o português e está em vias de publicação pela editora Glac.

¹⁵ No original: “total information awareness”.

nem no modelo de controle, que Deleuze desenvolveu, nem mesmo no [modelo de] espetáculo que Guy Debord desenvolveu, mas sobre o modelo do desejo e da autoimplicação. O que argumentei lá foi que hoje estamos expondo a nós mesmos e todas as nossas informações e dados pessoais, não tanto porque estamos sendo disciplinados, mas porque gostamos e sentimos um enorme prazer em viver na Era Digital, interagindo nas redes sociais, e também porque realmente não temos outra escolha senão recorrer ao Google para nossas buscas, à Amazon para nossas compras.

Isso tudo deixa rastros digitais e todas nossas informações, que podem ser sugadas pelas agências de inteligência. O que eu estava desenvolvendo, então, era essa ideia de uma sociedade da exposição, na qual, tanto por meio do desejo quanto de forma inevitável, expomos a nós mesmos, e criamos, o que chamo de uma transparência virtual “quase” perfeita. Não se trata de uma transparência perfeita, não é da modernidade, não é transparência moderna; mas é uma forma de transparência reflexiva, com um pouco de obscuridade em alguns casos, etc, uma transparência virtual.

Agora, o que eu não havia percebido naquele livro era, ou o que eu não havia realmente compreendido, como a sociedade da exposição e do conhecimento total da informação se relacionava com outras facetas da nossa governamentalidade contemporânea nesse país. E essas facetas são: guerra de drones, o uso de drones fora da zona de guerra, o uso de tortura, o que fizemos após o 11 de setembro, ou (um certo tipo de) vigilância de mesquitas e negócios pertencentes a muçulmanos. E o que percebi, finalmente, foi que o conhecimento total da informação, que descrevi em “Exposed”, e que alcançamos hoje, realmente serve apenas como o primeiro eixo de uma nova forma de governo, a qual chamei de paradigma da contrainsurgência a partir do 11 de setembro.

Essa é uma maneira pela qual esses livros se relacionam, em que A Contrarrevolução realmente incorpora a sociedade da exposição e o livro “Exposed”, como o primeiro eixo de uma nova forma de governo. Eu diria que a maioria dos meus livros se desenvolveu dessa maneira. A maior parte do livro se desenvolveu como uma correção parcial e como um desenvolvimento de ideias dos livros anteriores. Assim como, apenas para dar um exemplo rápido antes de passar para o segundo ponto, “Illusion of Order”, que foi meu primeiro livro, realmente me colocou a questão do significado social das práticas, do significado social do policiamento, do significado

social de desordem, e foi isso que estimulou meu interesse sobre todo o estudo do significado social de armas entre jovens adolescentes detidos em prisões no Arizona. Então, novamente, lá foi um desenvolvimento de ideias. E eu diria que isso se aplicaria em todos esses livros.

Contudo, quanto ao segundo ponto, o arco maior de todo esse trabalho é realmente o exame das ilusões ou formas de ver o mundo que possuem consequências distributivas para a sociedade. Isso se deu desde o início com “Illusion of Order”, o qual era realmente um estudo sobre a maneira através da qual nossas concepções sobre ordem e desordem produzem a hierarquia social em que vivemos. E o argumento lá é sobre essa crença na teoria das janelas quebradas, mais especificamente, porém, na ideia de que para a manutenção da ordem é necessário criar o regime americano de policiamento e ordem social. Isso, obviamente, também ocorreu em “The Illusion of Free Markets”, no qual essa ilusão, acerca da eficiência dos mercados livres ou da ordem natural dos mercados livres, ajuda a produzir a sociedade de desigualdade que experienciamos hoje. E isso também se deu com o mito do “profiling”¹⁶, por exemplo, da mesma forma como no livro mais recente trato sobre a ilusão dos inimigos internos, da necessidade de se criar inimigos internos como uma maneira de governar a sociedade. Então, o arco maior, creio eu, ao longo de todos esses trabalhos, seria o de tentar entender os mitos e as ilusões que nos permitem tolerar o intolerável, basicamente.

CL: Eu tive o prazer de ler, recentemente, o seu livro *A Contrarrevolução* e me parece ser um verdadeiro alerta sobre o que vem acontecendo nos EUA nos últimos anos, sobre o avanço do poder do Estado sobre os cidadãos. Você alerta sobre o aumento da tortura legalizada, de mais ataques por drones, do uso de um aparato de guerra pela polícia contra manifestantes, da vigilância total da população, especialmente sobre muçulmanos e pessoas negras. E você menciona: “A guerra da contrainsurgência se tornou nosso novo paradigma de governo nos Estados Unidos, tanto externa quanto internamente. E existe uma contrarrevolução sem uma revolução”. Você também afirma no livro que Donald Trump está aprofundando essa fórmula. Você acredita que essa política está sendo usada em outros países também?

BH: Certo. Bem, como você mencionou, a parte importante da intervenção em *A Contrarrevolução* é compreender que ela não é simplesmente um fenômeno do

¹⁶ Elaboração de perfis de agente para orientar atuação atuarial pelos órgãos de controle.

Trump, muito embora o Presidente Trump tenha ampliado a contrarrevolução. É importante ver que o livro, para ser compreendido, traça um desenvolvimento que ocorre desde o 11/9 e que desde lá vem assumindo diferentes formas.

Sob a administração Bush, primeiramente, uma maneira mais brutal, com mais tortura, com detenções por tempo indeterminado e com uso de tortura. E com a administração Obama, uma maneira mais legalista e tecnocrática, com uso aprimorado de drones, inclusive fora das zonas de conflito, e vigilância global. E agora, sob a administração Trump, tem-se uma nova forma.

Quando você pergunta se existem formas paralelas em outros países, eu diria que há, sobre duas dimensões. A primeira é que, de fato, essa virada para um modo de governo que é atravessado pela teoria da contrainsurgência é algo que acredito termos visto em outros países também. Contudo, mais recentemente, a variação de Trump sobre a contrarrevolução, que é de cunho protofascista e supremacista branco, é algo que temos visto externamente, em outros países. Logo, essas duas perspectivas estão sendo refletidas em outros contextos. Como, por exemplo, na França, à medida em que sou familiar ao contexto francês, pois leciono na França e estudo política francesa também, não há dúvida acerca da implementação nos últimos dois anos de um estado de emergência lá como uma forma de lidar com os ataques, novamente, os trágicos ataques em todos os casos, seja ao “World Trade Center”, ao Bataclan, ao Charlie Hebdo. Foram ataques terríveis e cruéis, mas a resposta na França também foi no sentido de recorrer a alguns desses métodos tipicamente associados à teoria e prática da contrainsurgência, como o estado de emergência, como forma de criar um inimigo interno, construído essencialmente sobre muçulmanos e pessoas de cor. Então, lá, existem paralelos.

Existem, portanto, paralelos importantes através dos quais a contrainsurgência se manifesta, os quais têm a ver com esse caráter protofascista. Penso que vemos isso num país como o Brasil, com o atual presidente. Vemos também em outros países, como na Turquia e na Índia, nos quais verificamos um movimento em direção a uma espécie de nova direita executar essas práticas de contrainsurgência. Acredito que vemos na Europa também, com a ascensão da nova direita na Itália, com a ascensão de um partido forte de extrema direita na França, o “Rassemblement National”. E, de uma maneira geral, parece haver, sim, uma tendência global em direção a um protofascismo.

CL: E a segunda pergunta era: qual você acredita ser a forma de resistência mais importante contra essa política?

BH: Certo. Essa é uma pergunta muito complicada. É complicada porque a relação entre diagnosticar a crise e formular respostas e resistências é, em si, uma questão complicada, a qual vem me preocupando nos últimos dois anos, desde que escrevi *A Contrarrevolução*, e que me conduziu a diferentes direções ao longo do curso dos últimos dois anos.

O livro que estou escrevendo agora, chamado “Praxis Critique”, realmente explora essa questão. Ele coloca de pronto: “o que há para ser feito”? E, às vezes, eu respondi diretamente a essa pergunta. Agora você está me fazendo tal pergunta. Você quer saber o que deve ser feito, e eu confesso que agora estou hesitando em responder de forma tão direta como eu o fazia em setembro de 2018. Em parte, porque o exercício de trabalhar nesse livro me tornou mais consciente sobre a problemática de dizer às pessoas o que deveria ser feito. E as hesitações expressas por muitas pessoas nas últimas quatro, cinco décadas ao modelo de um tipo de intelectual onisciente, de um intelectual público que tem respostas e orientação, é algo que me perseguiu um pouco.

Portanto, não quero contornar a questão, não quero evitá-la, porque acho que evitá-la é igualmente problemático. Então, deixe-me começar dizendo que uma das lições que talvez tenhamos aprendido nas últimas cinco décadas é que certas pessoas, vozes privilegiadas, e a maneira como elas acreditavam que as coisas deveriam ser feitas, receberam maior atenção do que as vozes de outras pessoas. E, nesse sentido, precisamos ser cautelosos, para não ouvirmos simplesmente aqueles que de alguma forma possuem um privilégio particular.

Disso fez parte, é claro, uma intervenção de Foucault pelo “Groupe d'Information sur les Prisons”¹⁷ (GIP) nos anos 1970, quando resistiu à ideia de criar um tribunal popular onde haveria um acusador ditando o que precisaria ser dito, conduzindo-se, ao invés disso, para um método que permitiria, e realmente permitiu, que prisioneiros e aqueles encarcerados falassem e fossem ouvidos. E, assim, uma das coisas mais importantes nessa área é criar plataformas e espaços em que todos possam ser ouvidos, não apenas os privilegiados, aqueles poucos que possuem uma plataforma, ou aqueles tidos como intelectuais notórios. Apenas pretendo expor

¹⁷ Tradução: Grupo de Informação sobre as Prisões.

minha resposta nesse sentido.

Agora, isso não é para evitar a resposta ou a pergunta, percebe? Essa é uma das maiores dificuldades de nosso tempo, ou seja, deveríamos ter, eu argumento, mais respostas e mais soluções às perguntas feitas, ao invés de silêncio. Por isso, eu venho trabalhando especificamente com meus estudantes, para tentar responder à questão e para pensar sobre como se poderia responder, reagir à contrarrevolução. E direi novamente com o cuidado de que essa é apenas uma visão e de que devemos buscar ouvir outras.

Acredito que, primeiro, a resposta mais direta é que precisamos rejeitar a ideia de sociedade fundamentada pela teoria e prática da contrainsurgência. Em outras palavras, toda a estrutura do paradigma de governo da contrainsurgência está baseado sob o modo particular de conceituar a sociedade como se dividida em três partes, basicamente: entre os insurgentes, as massas passivas e os constrainsurgentes. Essa visão de sociedade foi formulada por Mao, durante a Revolução Chinesa e o seu levante. Contudo, tal visão foi adotada pelos generais que desenvolveram a teoria e a prática da contrainsurgência. Agora, eu gostaria de sugerir que, esses generais que desenvolveram a contrainsurgência ou o que é chamado de guerra não convencional, guerra não-tática na década de 1960, adotaram essa visão da sociedade e simplesmente disseram que fariam melhor. Penso que precisamos resistir à tentação de adotar essa visão de sociedade. Ela é especialmente tentadora, porque é especialmente tentador pensar em Trump e seu grupo como formadores de uma força contrarrevolucionária ou de uma própria pequena insurgência. Considero que seja tentador, mesmo do outro lado, enxergar o mundo dessa forma.

Contudo, entendo que esse modelo de massas passivas ou de massas que podem ser moduladas para um lado ou para outro não é correto. Então, a primeira coisa que diria é que precisamos livrarmo-nos dessa visão de que existem massas passivas. Eu não acho que existem, eu acho que as massas, a população, está tomando decisões a todo momento e isso não é, simplesmente, ser passiva. O segundo ponto é que precisamos nos engajar melhor nos processos de tomada de decisão da população, para que haja um engajamento mais ativo em relação às nossas circunstâncias políticas. E essa, certamente, é a necessidade mais desafiadora.

Eu acredito, entretanto, que isso possa ser feito através de uma combinação de intervenções políticas e de colaboração, que mobilizará números crescentes de

pessoas em oposição à contrarrevolução. Existem, portanto, diferentes frentes para isso: a frente da educação, a frente do conhecimento, na verdade, do conhecimento dos elementos do paradigma de governo da contrainsurgência, que constitui parte do esforço de escrever o livro, mas há diferentes frentes de mobilização que são igualmente importantes. E acho que temos visto, nos Estados Unidos, ao longo dos últimos meses, mobilizações que conduziram de fato a uma onda de eleições progressistas no “midterms”¹⁸, durante 2018, que sacudiram a “House of Representatives”¹⁹. Assim como ondas de engajamento no plano das ruas, em termos de protestos e suas organizações. Esses seriam passos avançados. Mas, novamente, eles precisam ser acompanhados por uma esfera pública maior, onde outras vozes possam ser ouvidas. E, essas sugestões, contestadas.

CL: Certo. A pergunta de número três, na verdade, você já mencionou na sua resposta anterior. É se você vê conexões entre a eleição de Trump em 2016 e a de Jair Bolsonaro em 2018?

BH: Ok. Bem, eu definitivamente vejo paralelos aqui. E não apenas entre Trump e Bolsonaro no Brasil, mas também entre Trump e as eleições na Itália, Trump e o Brexit, Trump e a extrema-direita francesa. Parece existir um elemento contagioso entre esses movimentos compartilhados nos Estados Unidos e no Brasil rumo a um modelo protofascista de um líder “lei e ordem” mais autoritário.

E existem várias explicações que têm a ver com crescentes desigualdades no Brasil, taxas de criminalidade crescentes ou em elevação, embora esse não tenha sido o caso nos Estados Unidos. E um desejo de ter uma liderança forte que não esteja manchada pelo establishment político, bem como um certo tipo de reação contra conquistas progressistas, seja em termos de igualdade racial, entre os sexos, etc. Portanto, essas são algumas explicações possíveis que foram oferecidas e que, em grande parte, mostram alguma semelhança entre a situação política nos Estados Unidos e a situação política no Brasil.

Nos Estados Unidos, é claro, a eleição de Trump em parte foi uma reação contra um certo tipo de establishment político, que era a linhagem Clinton. E também possivelmente como uma reação contra o fato de termos tido o primeiro presidente afro-americano nos Estados Unidos. Isso empoderou um movimento reacionário

¹⁸ Eleições para representantes do Legislativo Federal.

¹⁹ Câmara de deputados dos EUA.

que alimentou muito mais participação em nome dos conservadores ou, nesse caso, das facções profascistas e ultranacionalistas da supremacia branca no país. Eu acho que existe alguma verdade nessas explicações, mas a que eu destacaria é a crescente desigualdade, que é um fenômeno que vimos desde a virada neoliberal na década de 1970, tanto neste país quanto no Brasil. E é um fenômeno que considero poder operar através de um mecanismo que viabiliza ao poder tanto um candidato de extrema direita quanto um candidato populista de esquerda.

O que eu destacaria, aquilo que acredito, é a crescente desigualdade interna em um país como os Estados Unidos e, possivelmente, como o Brasil, embora, novamente, eu não seja especialista no Brasil. Essa crescente desigualdade tende a favorecer os candidatos em ambos os extremos do espectro político. Favorecendo alguém como Donald Trump, com um candidato de extrema direita, o novo candidato de direita, ou alguém como Bernie Sanders, que seria como um populista de esquerda.

CL: Certo. Agora darei início a questões sobre criminologia. A primeira é: vemos que uma das discussões mais importantes de criminologia nas últimas décadas é a virada punitiva, ou o encarceramento em massa, no final do século XX. Parece que esse também foi um dos pontos altos do seu livro “The Illusion of Free Market”. Acerca dessa discussão, um livro que parece ser referência e que recebeu aceitação por acadêmicos nos Estados Unidos, na Europa, assim como na América Latina, provavelmente o livro mais aceito pelos pensadores críticos, digamos, é o Punir os Pobres, de Loïc Wacquant. Pergunto, então, quais são os pontos dessa tese que você mais concorda e discorda?

BH: Permita-me iniciar dizendo-lhe que o nome do meu livro “The Illusion of Free Markets” seria, inicialmente, Penalidade Neoliberal.²⁰ Isso deve dar forte indicação de que nele há muito a respeito livro de Loïc Wacquant, dos pontos em que concordo com o autor. Isso porque, acredito eu, os nossos trabalhos desenvolveram uma noção sobre a penalidade neoliberal. Nesse ponto, eu concordo profundamente com o argumento de Loïc Wacquant, segundo o qual, a virada neoliberal foi acompanhada tanto por um dramático enfraquecimento do “Estado de bem-estar” quanto por um fortalecimento do braço punitivo do Estado. É um fenômeno que experienciamos desde a virada neoliberal nos anos 1970.

²⁰ O autor publicou um artigo com esse mesmo nome (A Penalidade Neoliberal: uma genealogia), o qual foi traduzido por Augusto Jobim do Amaral, Henrique Mioranza Koppe Pereira e Jádía Larissa Timm dos Santos; publicado na RBCCRIM, n. 162, de dezembro de 2019.

Loïc faz referência a isso utilizando a linguagem de Bourdieu, de que a mão direita do Estado, a mão punitiva, está tirando da mão do bem-estar do Estado, culminando na transformação do “welfare” para o “workfare”. Bem, eu concordo em grande parte com essa análise, sobre o modo como o neoliberalismo estimulou a retirada do Estado de suas responsabilidades mais substantivas. Contudo, no que eu divirjo, onde eu divirjo de Loïc Wacquant é sobre o caráter histórico unívoco de seu desenvolvimento. A trajetória de Wacquant é realmente sobre o neoliberalismo a partir de 1973, e o que eu procuro fazer em meu livro é mostrar que o problema da ligação entre a imaginação do neoliberalismo, ou do livre mercado, e o estado punitivo é algo mais profundo e está historicamente atado ao pensamento político liberal e ao liberalismo econômico.

Procuró sugerir no meu livro que não é exclusivamente o elemento da penalidade neoliberal que reúne uma economia do “laissez faire” e um estado punitivo; mas que, na realidade, isso está vinculado às origens do liberalismo econômico. E aí é possível traçar uma genealogia, que inicia no século XVIII, no nascimento das noções sobre ordem natural. Assim, o que faço nessa obra é traçar a história dessa combinação paradoxal entre ordem natural e o estado policial desde os fisiocratas do século XVIII, os quais foram os primeiros economistas, realmente economistas do livre mercado, os quais acreditavam em uma noção de ordem natural. Para eles, tratava-se, realmente, de uma noção divina de ordem natural. Contudo, eles combinaram essa ideia de ordem natural na esfera econômica com uma noção de despotismo legal, que, em outras palavras, era o estado policial.

Ocorre que na origem dessas noções sobre ordem natural estaria também a origem das ideias atuais de equilíbrio espontâneo e de eficiência última dos mercados. A ideia de uma ordenança natural ligada ao estado punitivo já se dava na origem. Para os fisiocratas, os quais acreditavam na ordem natural da agricultura, que foi para eles o paradigma do câmbio econômico, havia apenas um lugar em que a legislação deveria intervir, o do direito criminal. Havia apenas um local onde deveria haver leis feitas pelo homem, e esse era o do direito penal. Policiamento e punição eram os domínios exclusivos em que o governo deveria agir. Por isso, o que tento demonstrar é que, de fato, isso não é uma novidade do neoliberalismo, mas uma conjuntura que remonta à fundação da noção de ordem natural e, então, passa por todos os pensadores até o presente, os quais acreditaram e acreditam na ordem natural dos livres mercados.

Procuro mostrar, por exemplo, que isso era certamente verdade para os fisiocratas e, de uma forma fascinante, também era para Bentham, quem foi uma espécie de economista “laissez faire”. No aspecto econômico, ele defendia uma política geral do silêncio, em que o governo deveria se silenciar, não agir, não intervir. Isso, é claro, estava conjugado com um dos estados policiais mais disciplinares que se pode imaginar, incluindo o seu panoptismo nas prisões e uma lei penal baseada em dissuasão que buscava regular completamente os comportamentos sob a base do custo do crime, especificamente. Eu tentei demonstrar que isso é parte também da economia “laissez faire” do século XIX, a qual se referia ao governo como simplesmente um vigia noturno. E, é claro, quando começamos a pensar sobre isso, agora fica claro o que eles queriam dizer com vigia noturno. Sim, essa era a única função, que era ser a força policial.

Por isso, eu trago essa ideia até o presente, através da Escola de Chicago, que também desenvolveu uma teoria de mercados flexivelmente regulados, mas que viam o desvio de mercado como crime. Assim, normas penais rígidas, leis para controlar um livre mercado. Essa é a conjuntura que procuro traçar historicamente, para demonstrar que a própria noção de ordem natural, que vimos ascender com a Escola de Chicago nos anos 1970, com o neoliberalismo, essa ideia específica foi genealogicamente amarrada ao estado punitivo.

CL: Como você vê a punição no neoliberalismo, nos dias de hoje, especialmente em termos de novas estratégias de controle implementadas tecnologicamente? (Pergunta enviada pelo professor Augusto Jobim do Amaral)

BH: Bem, toda vez que falamos sobre períodos, é sempre importante lembrar que eles não se tornam exclusivos. Logo, não é como se as nossas formas atuais de punição estejam exclusivamente relacionadas à era digital, pois existem múltiplas formas de uma punição analógica que seguem com força total nos dias de hoje. É importante lembrar que mesmo quando falamos sobre essas mudanças e sobre mudanças de períodos rumo a novas formas de governar na era digital, não é como se as outras formas, aquelas anteriores, apenas desaparecessem. Nós torturamos após o 11/9, e essa é uma forma bem antiga de punição e controle, e fizemos isso dentro dos Estados Unidos...

CL: “waterboarding”²¹...

BH: Sim, o “waterboarding”... Então, não é como se as novas formas necessariamente afastassem as antigas, elas, de alguma maneira, aumentam-nas. Mas é adequado dizermos que a emergência de novas formas de vigilância e punição na era digital, como resultado da tecnologia, de forma tão significativa que a tecnologia alterou a forma como pensamos sobre vigilância e subjetividade, e sobre a punição do sujeito. Assim, dando uma ilustração concreta, o uso do rastreamento por GPS, as pulseiras eletrônicas e o monitoramento pessoal, isso só foi possível através da inovação digital.

A habilidade de realmente vigiar pessoas, não fisicamente, mas virtualmente, conhecê-las virtualmente, rastreá-las virtualmente, o que realmente só foi possível com e era digital. Dessa forma, temos o mundo inteiramente novo de vigilância, a vigilância da NSA²² que utiliza os rastros digitais de todas as pessoas; e um mundo completamente novo no processo de ligação dos indivíduos aos atos criminosos, através das postagens em suas mídias sociais, através de, você sabe, daquilo que fazem em suas telas, celulares, nos rastros que deixam.

Nós tivemos processos relacionados a atividades de gangues baseados predominantemente no tipo de socialização e publicação que as pessoas estavam fazendo em termos de compartilhamento, curtidas e envio de fotografias relacionadas a gangues etc. Portanto, o rastreamento e monitoramento digital de indivíduos é cada vez mais importante e cada vez mais substitui antigas formas analógicas de punição.

Em virtude disso, o que eu argumento ser a sociedade da exposição, a qual não é mais a sociedade panóptica que Foucault descreveu, nem a do espetáculo, descrita por Guy Debord, mas a sociedade da exposição, com suas formas próprias de punição. E eu acho que é importante compreender que essas novas tecnologias produzem novas formas de pensar, que têm efeito sobre o que pensamos ser uma punição justa, uma punição correta. Se você olhar a trajetória, por exemplo, dos modos de pensamento que tínhamos num passado atuarial que deu margem as suas próprias formas de punição através da predição, predição de uma periculosidade futura, predição de uma criminalidade futura; onde essas noções de transparência

²¹ Espécie de tortura na qual se leva a pessoa quase à morte por afogamento.

²² Sigla para “National Security Agency” (Agência de Segurança Nacional).

digital estão produzindo as suas próprias ideias acerca do que é punição justa está relacionado à transparência digital.

O ponto aqui, então, é que essas inovações tecnológicas influenciam o modo como pensamos sobre justiça, o que é algo que procuro demonstrar não apenas no livro “Exposed”, mas no “Against Prediction” também, o qual era sobre métodos atuariais. Nesse contexto, o que tento demonstrar é que nossa capacidade de prever e de usar métodos atuariais transformou nossa noção sobre justiça, de modo que se pune mais aqueles que se prevê serem capazes de cometer mais crimes no futuro. Nossa visão sobre punição, portanto, deslocou-se, de uma certa maneira, da ideia de retribuição em direção a uma punição aprimorada sobre reincidentes, pessoas das quais se supõe que cometam mais crimes. Isso influenciou nossa noção sobre justiça e, do mesmo modo que, penso, essas novas tecnologias de vigilância e de transparência digitais influenciarão o que pensaremos sobre uma punição justa e ideal, como monitorar e rastrear alguém, sabendo tudo sobre ele/ela e transformando-os em transparentes para as autoridades. É possível que a transparência e a perda de privacidade cotidiana se tornem a forma de punição resultante da era digital.

CL: Podemos passar para a sexta pergunta. Ela é bem ampla e será a última sobre criminologia. O que você considera ser o maior desafio para a criminologia teórica nesse momento?

BH: O maior desafio à criminologia teórica? Eu acho que é o próprio termo “criminologia”, que sempre foi um termo inadequado. E hoje parece completamente insuficiente aos interesses e preocupações daqueles que se dedicam ao campo. Criminologia, por seu termo, está relacionada ao crime e à criminalidade, mas acho que aqueles que estão interessados em criminologia teórica entram no campo com um entendimento de que o crime não é o que impulsiona a punição, que a relação entre crime e punição não é de causa e efeito. E com isso a ruptura da relação entre crime e punição, que foi um movimento fundamental da Escola de Frankfurt, através do livro de Rusche e Kirschheimer (Punição e Estrutura Social) em 1939, e que foi um movimento fundamental de Foucault, em Vigiar e Punir, apenas para romper a relação entre crime e punição.

Penso que a maioria das pessoas que chegam à criminologia pela perspectiva teórica compartilham dessa visão e, como resultado, são incapazes ou não se engajam no

projeto do lado empírico da criminologia. De alguma forma, acho que o maior obstáculo é o próprio nome, ele precisa ser substituído por um termo que tenha como foco questões de poder, de controle, de governo, de vigilância, de controle social etc. Quero dizer, esse é o problema. Em certo sentido, eu diria que a criminologia teórica precisa romper com o estudo quantitativo e empírico do crime e do policiamento apenas mais convencional, para que se concentre mais diretamente no fato de que, essencialmente, governa-se através do crime, do policiamento e da vigilância.

Trata-se, portanto, de uma grande tarefa, porque a criminologia removeu a si própria da sociologia, para fora do campo da sociologia, depois de muitos trabalhos sociológicos e estudos de referência sobre desvio. E a criminologia se tornou seu próprio campo, dedicado de maneira muito reacionária ao estudo da eficácia de formas de policiamento e punição em relação ao crime. E essa realmente é uma trajetória equivocada e o local equivocado para a teoria, para o que chamamos hoje de criminologia teórica. Então, se tivesse que opinar sobre algo, seria por um rompimento com a criminologia. Talvez um retorno mais em direção à sociologia, filosofia, mas com um foco bem diferente sobre formas de governo através do crime e da punição policial.

CL: Certo. Temos mais três perguntas, todas elas são relacionadas a filosofia. Pergunta número sete. O que você acha que a filosofia do terceiro Foucault (dos anos 1980) poderia oferecer às nossas teorias críticas? Você já vê isso essa influência acontecendo?

BH: Essa é uma ótima pergunta. Minha interpretação da trajetória de Foucault é de alguém que sempre esteve insatisfeito com o que já havia feito e que era muito autorreflexivo, de seu próprio trabalho e contribuições. Ele sentiu, em um momento decisivo (1978, 1979, 1980) que não havia prestado atenção suficiente à subjetividade no problema do saber-poder. Que em seu livro *Vigiar e Punir*, não prestou atenção suficiente à maneira pela qual o sujeito participa de seu próprio disciplinamento, por exemplo. Portanto, quando ele começou a trabalhar nos volumes subsequentes da *História da Sexualidade*, com o primeiro volume sendo publicado em 1976, sua ideia (que ele expressou ali) de ter mais cinco volumes, todos de certa forma já rascunhados, falando sobre a carne, a questão das crianças, a questão das mulheres e da histeria, a questão dos pervertidos, a questão da

população e da raça, que seria a próxima série de livros. Seria uma história de sexualidade em seis volumes. Quando ele começou a trabalhar nisso, sentiu a mesma reação que o curso traçado não estava suficientemente integrado à questão da subjetividade. Ele deixa isso claro na revisão do segundo volume de História da Sexualidade, publicado em 1984, em uma seção inicial chamada “Modificações”, onde explica por que não publicou os seis volumes e, em vez disso, passou oito anos sem retornar ao pensamento clássico, que ele havia estudado antes, no entanto, não era a primeira vez que ele não retornava ao pensamento clássico.

Mas, retornando à Antiguidade, ele deixa claro que o que estava faltando era essa terceira dimensão. Ele deixa claro que estava bem preparado para lidar com questões do saber, questões do poder e a relação entre poder e saber, e que estava bem preparado para pensar, pelo menos começar a pensar nas questões da verdade, aleturgia, mas que ele precisava complementar todo esse trabalho com uma análise do que ele chamou de o “homem de desejo”, sua maneira de se referir à subjetividade do desejo e de uma zona de implicação nesses processos.

Portanto, acho que fica claro a partir da sua história e trajetória que se volta para as questões da subjetividade no segundo e terceiro dos quatro volumes da História da Sexualidade, mas que suas intenções ao longo do tempo eram de integrar esse trabalho, integrar o trabalho sobre a história do sujeito que deseja, integrar esse trabalho sobre como nossos desejos se remodelaram ao longo da história e das culturas em seu trabalho sobre saber e poder. E a ideia era desenvolver essa terceira dimensão, mas para poder integrá-la a uma análise que se concentre em partes iguais, de maneira integrada na relação entre saber, poder e subjetividade.

Agora, essa tarefa de integrar o trabalho posterior em uma teoria que seria tridimensional, porque infelizmente sua vida foi interrompida, ele não foi capaz de fazer. Contudo, na minha interpretação, talvez seja mais do que uma interpretação, talvez seja minha própria ambição, de trazer todos os três para uma teoria crítica totalmente harmoniosa, integrada e muito robusta.

E o que isso significa? Significa que o trabalho posterior (os volumes dois, três e quatro) é dedicado a rastrear a formação particular da subjetividade durante o período cristão, durante a Antiguidade, etc. E, como resultado, são livros extremamente autorreflexivos em termos da análise sobre o tipo de trabalho que estavam fazendo. Essas contribuições foram recebidas como algo distante da prática, do poder ou da práxis. Eu gostaria de sugerir que é nossa tarefa reintegrá-

las, para que tenhamos uma teoria crítica que inclua não apenas como passamos a saber as coisas e como as relações de poder estão ligadas a isso, mas como nos envolvemos nessas estruturas de saber e poder.

CL: Você está trabalhando em um novo livro sobre crítica e práxis. E, na versão sumária, você mencionou que nos anos 1960 emergiu um movimento “antifundacionista”, representado pela geração de maio de 1968. Isso atingiu o pensamento crítico, em virtude das relevantes críticas principalmente ao marxismo. Sabe-se que Foucault foi um dos representantes mais proeminentes desse movimento. Então, a pergunta é: quais pontos da teoria de Foucault não podem ser conciliados com a teoria de Marx?

BH: Bem, essa é uma pergunta muito importante, é a pergunta-chave da teoria crítica, em verdade. E, antes que eu vá para o Foucault, deixe-me dizer algo sobre a teoria crítica da maneira que Foucault intervém nela. Acho que a questão fundamental para a teoria crítica, compreendendo-a como a tradição que iniciou com a Escola de Frankfurt em diante. E que, eu diria, inclui Deleuze, Foucault, a teoria pós-colonial, a teoria decolonial e a teoria feminista.

Uma questão-chave para a teoria crítica inicial (da Escola de Frankfurt) é se ela pretendia ser uma crítica real do marxismo e do positivismo do marxismo, ou se, ao contrário, pretendia ser uma correção do marxismo, destacando a questão da ideologia e da falsa consciência, e corrigindo esse aspecto, a fim de permitir que o marxismo fosse atualizado. E eu digo isso, começo por aí, porque acho que isso realmente muda a maneira como você entende a relação de alguém como Foucault com a teoria crítica e o marxismo. A minha leitura da Escola de Frankfurt é que houve um esforço para criticar o marxismo por não ser suficientemente autorreflexivo, que foi a contribuição central da Escola de Frankfurt, dessa ideia de que nos posicionamos, que estamos na história e que moldamos a história.

Mas, ao mesmo tempo, a Escola de Frankfurt voltou a ter uma ideia marxista de economia política, de luta de classes e de história que realmente adotou a visão marxista, que eu argumentaria ser uma noção científica e positivista da história e da economia política. Agora, se isso estiver certo, realmente é essa a minha posição, de que Foucault realmente foi uma ruptura muito acentuada da Escola de Frankfurt. Agora, existem essas passagens no trabalho de Foucault onde ele diz: “estamos tão perto”. De que a teoria do saber poder está tão próxima da crítica da ideologia. Que, de fato, a razão pela qual ele não se envolveu totalmente com a Escola de Frankfurt

foi que ela era tão próxima dele, e você nunca realmente se engaja com a pessoas que estão tão próximas a você, você nunca vê as diferenças, etc. E eu acho que foi um gesto elegante da parte dele. Mas acho que o fato é que o tipo de teoria que ele havia oferecido, que Foucault ofereceu sobre regimes de verdade está fundamentalmente em desacordo com uma noção de ideologia, que com a crítica exporia interesses reais de classe ou a verdade sobre nossa condição política. Aí acho que há uma maior tensão. É uma tensão epistemológica.

É uma questão de fundacionalismo, eu diria, por fim. Mas é uma questão de sensibilidade e relação muito diferentes à verdade. Eu penso que Foucault, a crítica que ele elaborou sobre os regimes da verdade em que vivemos e que têm efeitos reais, efeitos da realidade, essa crítica é aquela que não nos permite dizer, depois de termos exposto o regime da verdade, quais são os verdadeiros interesses das pessoas. E isso não nos permite argumentar sobre alguma base fundamental de um interesse de classe, interesse econômico ou interesse político. Isso é possível sob uma crítica pela ideologia da Escola de Frankfurt, segundo a qual é possível levantar o véu ou a ilusão da ideologia e encontrar algo concreto lá embaixo. Uma verdadeira posição que, a meu ver, não é possível com Foucault.

Agora, para usar um exemplo concreto, tem havido muita discussão neste país, por exemplo, sobre impostos sobre herança, impostos sobre riqueza e herança. E o argumento mais típico de falsa consciência da Escola de Frankfurt, o mesmo que Steven Lukes fez em um debate que tivemos, é que as classes populares que votam em Trump, Bush, que votam no partido conservador, na direita, não estão compreendendo seus interesses próprios, porque Trump e Bush acabaram com o imposto sobre a herança e o fato é que eles nunca estarão sujeitos ao imposto sobre herança. Portanto, está lhes prejudicando, essencialmente. Eles nunca terão que pagar imposto sobre herança, porque tendem a ser pobres e não têm a riqueza acumulada daqueles que sofreriam com o imposto sobre herança. E um dos movimentos da falsa consciência é que eles simplesmente não entendem seus interesses reais, certo. E o que eu gostaria de argumentar é que, na verdade, poderíamos mostrar de fato que eles provavelmente não se beneficiarão, ou que provavelmente não se beneficiarão com a eliminação dos impostos sobre a riqueza ou os impostos sobre a herança, mas, novamente, não é tão fácil dizer que isso é contrário a seus interesses, porque eles construíram um ideal de si mesmos como

peças individualistas independentes que prosperam andando com suas próprias pernas.

Em outras palavras, existe todo um imaginário sobre quem eles são, o que querem, o tipo de governo que desejam e o tipo de país no qual desejam estar. Aquele que não penaliza, por assim dizer, a acumulação de riqueza. E então, você pode mostrar, por exemplo, talvez você pode mostrar muito bem, de fato, que eles podem ou não se beneficiar da lei. Contudo, isso não chega a essa questão maior, à questão ligada à subjetividade, ao desejo, que é fazer parte desse país esperto e individualista, como imaginado por libertários e conservadores sociais. Em uma situação como essa, eu gostaria de dizer que, não se trata apenas de destacar uma falsa consciência ou uma ideologia para encontrar um interesse real, mas sim de ter noção do rico e complicado regime de verdade dentro do qual essas pessoas estão, e a complexa relação entre suas próprias noções de subjetividade, saber e poder. Portanto, esse seria um exemplo concreto da diferença que leva a uma separação fundamental, que não pode ser ignorada, transposta ou resolvida. Em última análise, leva-nos a uma posição em que temos que assumir a posição profundamente antifundacional de alguém como Foucault ou alguém como eu, que acredita, em última análise, na inevitabilidade desses regimes de verdade ou ilusões.

CL: A pergunta de número nove é a última. Na verdade, é uma pergunta que remete a outras duas. No seu novo texto, “Critique & Praxis”, você defende uma “teoria contracrítica”²³. Quais seriam os pontos mais importantes dessa teoria e em que medida são diferentes das teorias de Marx e de Foucault?

BH: Novamente, depende de como você interpreta Marx e Foucault. Responderei, assim, a essa pergunta à luz da minha leitura acerca desses pensadores. A ideia de uma teoria contracrítica é indexar ou colocar um holofote sobre as maneiras pelas quais a teoria crítica geralmente reconstrói uma ideologia ou uma maneira de pensar. Isso precisa ser sujeito à crítica.

Bem, Foucault costumava dizer que os teóricos críticos não deveriam propor coisas depois da crítica, deveriam se restringir ao momento da crítica. Mas eu argumentaria que esse momento de crítica já é uma proposta e já cria certas maneiras de ver o mundo. E o que quero dizer é que, quando ela colocar no lugar

²³ No original: “counter-critical theory”.

essas formas de ver o mundo, aquelas se tornam elas mesmas à medida que se fortalecem. Tornam-se formas de ideologia ou de verdade que precisam ser sujeitas à crítica. E, a meu ver, os teóricos marxistas tenderiam a não permitir que as teorias emergentes fossem sujeitas à crítica da ideologia, ou a regimes de crítica da verdade. A ideia, por exemplo, do definhamento do Estado ou algo assim, que faz parte de uma filosofia marxista da história, é provavelmente uma ilusão que precisa ser desfeita. É o caso em que precisaríamos fazer uma crítica a essa ideia de definhamento do Estado, para entender como ele funciona, quem ele privilegia e como distribui riqueza e bem-estar na sociedade.

Nesse sentido, chamo minha abordagem de teoria contracrítica, porque ela quer se envolver com a teoria crítica, mas quer combater o momento em que a teoria crítica para. Ela pretende desafiar a recorrência do positivismo. Não é uma teoria anticrítica, é uma teoria contracrítica, que ocupa o coração da teoria crítica, mas que deseja a ela retornar o tempo todo. E, assim, nesse sentido é que difere do marxismo. O que isso significa é que não podemos estar ligados a uma utopia comunista específica, eu diria, ou a uma visão do definhamento do Estado, porque representam novas ilusões que terão consequências distributivas e que precisamos criticar.

Agora, como ela difere de Foucault? Eu diria que Foucault se manteve nessa noção de que a própria crítica não estava impondo valores ou uma agenda. Quando ele fez a distinção entre realizar a crítica e propor soluções ou fazer propostas, segundo a qual propor seria o início de uma ideologia e da afirmação de uma verdade, eu acho que isso está demasiadamente alinhado a forma simplificada e isso não se aplica. Quando fazemos críticas, já estamos fazendo, já estamos nesse processo, estamos criando ilusões. E o que decidimos criticar, que alvo atingimos, que objetos criticamos, essa é uma escolha que terá efeitos. Assim, eu argumentaria contra Foucault, de modo que essa escolha dos objetos da crítica já está em si já colocada e eu argumentaria que, fazer propostas, pensando na práxis, não adiciona necessariamente mais ideologia à própria crítica. Por isso, de fato, precisamos fazer propostas. Precisamos, de fato, pensar em práxis, mas de maneira contracrítica, para que possamos avançar. Pensar em práxis, mas depois fazermos uma crítica a nós mesmos. E é nessa constante disposição de criticar a nós mesmos que podemos nos proteger contra os danos dessas propostas. Portanto, essa é a maneira pela qual se difere tanto do marxismo quanto de Foucault.

CL: Certo. Então, finalizamos. Gostaria de acrescentar algo?

BH: Deixe-me ver. Sabe, a única coisa que gostaria de acrescentar é que o projeto global iniciado com a ideia da teoria contracrítica pode ter seu nome superado, quero dizer, não tenho certeza, não estou 100% certo quanto à indexação do aspecto “contra”. Mas o projeto real aqui é fazer com que passemos mais tempo conversando sobre a prática da crítica, práxis crítica, que eu acho que é o projeto real desse livro e do meu trabalho. Agora e, possivelmente, por um tempo.

É nos mover de uma forma de teoria crítica que é muito contemplativa e autocentrada, em direção a um tipo de teoria crítica que realmente envolve o mundo, que é publicamente engajada e trabalha através de formas e modalidades de resistência, de revolta, de levante, etc. Não tenho certeza se isso foi suficientemente capturado na minha resposta às perguntas sobre teoria crítica. Eu realmente gostaria de enfatizar que o projeto aqui é tentar nos livrar de uma certa forma de complacência que, penso, está atormentando a teoria crítica hoje. Para que fiquemos menos hipnotizados pela estética das intervenções teóricas e mais focados em mudar o mundo, que foi o ímpeto original da filosofia crítica.

*Recebido em: 23/07/2020.
Aprovado em: 28/07/2020.
Publicado em: 15/08/2020.*